

---

# O PALÁCIO MONROE E AS TRINCHEIRAS DA MEMÓRIA

**Daniel Levy de Alvarenga**

Doutorando em Ciências Jurídicas Políticas pela Universidade Autônoma de Lisboa (UAL). Mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), linha de pesquisa "Patrimônio, Ensino de História e Historiografia". Graduado em direito e em história pela PUC-Rio. Email: [dalealva@gmail.com](mailto:dalealva@gmail.com)

## O PALÁCIO MONROE E AS TRINCHEIRAS DA MEMÓRIA

### THE MONROE PALACE AND THE MEMORY TRENCHES

Daniel Levy de Alvarenga

de uma política intencional de esquecimento simbólico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Palácio Monroe; Patrimônio cultural edificado; Demolição; Políticas de memória e de esquecimento.

#### RESUMO

O patrimônio cultural arquitetônico pode ser pensado como um suporte da memória social, ou seja, um estímulo externo que ajuda a relembrar certos aspectos da memória coletiva. Neste sentido, a demolição do Palácio Monroe, prédio que abrigou o Senado Federal até a mudança da capital para Brasília, serve como um bom exemplo para o debate a respeito da construção da memória e do esquecimento social. Análise da centralidade política do Rio de Janeiro, consubstanciada na sua importância histórica, bem como pelo fato da existência de uma representação do Senado Federal no Palácio Monroe. Estratégias utilizadas pelo governo militar para minimizar o papel do Rio de Janeiro como centro da nacionalidade, inserindo a demolição do Monroe neste contexto, como parte

#### ABSTRACT

The architectural cultural heritage can be considered a support of social memory, an external stimulus that helps to remember certain aspects of the collective memory. Therefore, the demolition of the Monroe Palace, a building that sheltered the Federal Senate until the capital's move to Brasília, serves as a good example for the debate on the construction of memory and social forgetfulness. This article analyzes the political centrality of Rio de Janeiro, consubstantiated in its historical

relevance, as well as the fact of the existence of a representation of the Federal Senate in the Monroe Palace.

Strategies used by the military government to minimize the role of Rio de Janeiro as the center of nationality, inserting the



demolition of Monroe Palace in this context, as part of an intentional policy of symbolic forgetfulness.

**KEY WORDS**  
:

Monroe Palace; Architectural cultural heritage; Demolition; Policies of memory and forgetfulness.

Figura 1: Palácio Monroe na Avenida Central no Rio de Janeiro (Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles)



Figura 2: Palácio na fase final da demolição (Arquivo Público do Rio de Janeiro)

## INTRODUÇÃO

No ano de 2001, foram iniciadas as obras de uma garagem subterrânea na Cinelândia, centro da cidade do Rio de Janeiro. Durante as escavações, em abril de 2002, um acontecimento inesperado interrompeu o que seria mais um dia corriqueiro para os operários da obra: foi localizada a pedra fundamental do lançamento do Pavilhão São Luiz, futuro Palácio Monroe, que se encontrava numa caixa metálica que revestia outra caixa de madeira com alças de prata, tendo no seu interior, além da cópia da ata de lançamento assinada pelo presidente Rodrigues Alves, uma medalha comemorativa e seis exemplares de jornais datados de 15 de novembro de 1905: *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *A Notícia*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*.

No dia 11 de abril de 2002 foi publicada no jornal *O Globo* uma nota na coluna do jornalista Anselmo Gois, dando notícia que o então prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, pretendia reconstruir o Palácio Monroe no Passeio Público, próximo à Praça Marechal Floriano. No dia seguinte, é veiculada uma reportagem no mesmo jornal destacando que o

prefeito havia encomendado um estudo às secretarias municipais de Urbanismo e de Cultura para “viabilizar o projeto de reconstrução do Palácio”. Em decorrência deste anúncio, os respectivos secretários convocaram um grupo de estudo para elaborar o mencionado projeto que deveria conter o tipo de utilização pública do novo Palácio bem como detalhes do material com o qual ele seria construído, além de propostas para reurbanização da área.

O próprio Cesar Maia se antecipou com algumas opiniões para o uso do futuro imóvel, sugerindo que fosse o “primeiro templo ecumênico do mundo, onde a igreja que quiser poderá programar seu culto ou missa” ou uma sala de exposições. Quanto ao aspecto arquitetônico o “novo Monroe” deveria ser construído com materiais mais leves, para que a estrutura externa, que reproduziria o antigo Palácio, se integrasse melhor com a estrutura interna, que seria mais moderna. Para o prefeito, internamente, o prédio deveria ter uma área livre, sem divisões.

Animado com a tarefa que lhe foi atribuída, o Secretário de Cultura Ricardo Macieira afirmou que a reconstituição do Palácio seria possível graças ao “método de fotogrametria”<sup>1</sup>, similar ao usado no Cristo Redentor e, por isso, solicitou ao arquivo da Prefeitura um levantamento de fotos. Também fez um apelo à população carioca para que contribuísse com fotografias do Monroe, o que ajudaria na sua reconstituição. A ideia inicial, de acordo com o Secretário, era reproduzir “a volumetria, as características e os adornos” do Palácio utilizando uma estrutura mais leve, pois a reconstrução seria feita no local original por onde passa a Linha 1 do metrô, além do próprio estacionamento subterrâneo, em construção e com inauguração agendada ainda naquele ano. A partir deste inusitado anúncio da sua possível reconstrução, a polêmica a respeito da demolição do Palácio Monroe, ganhou novo folego.

Se tomarmos a perspectiva de que a cidade é um lugar de memória - conceito forjado por Pierre Nora (1993) - os monumentos do passado, embora não sejam os únicos, se constituem em lugares de memória. E a luta por esta memória como meio para obter uma identidade é uma constante, principalmente nos centros urbanos. Ademais, se toda sociedade traz as marcas das estruturas sociais que lhe antecederam, a escolha daquilo que deve ou não ser objeto da memória torna-se um tema de grande importância. Não é à toa que o processo de

---

<sup>1</sup> Fotogrametria é a tecnologia de obter medidas confiáveis de objetos físicos através de processos de registro, medição e interpretação das fotografias.

construção tanto da memória quanto do esquecimento social sempre foi marcado por conflitos e disputas entre os atores políticos, em busca da hegemonia.

Desta forma, o patrimônio cultural arquitetônico também pode ser pensado como um suporte desta memória social, ou seja, um estímulo externo que ajuda a relembrar certos aspectos da memória coletiva. Neste sentido, a demolição do Palácio Monroe, construído inicialmente para representar o Brasil na Exposição Universal de Saint Louis, nos EUA, em 1904, realocado posteriormente no Rio de Janeiro, na Avenida Central, ao lado da Praça Floriano em lado oposto ao Teatro Municipal, no ano de 1906, e sede do Senado Federal até a mudança da capital para Brasília, serve como um bom exemplo para o debate a respeito da construção da memória e do esquecimento social.

### **PALÁCIO MONROE: UMA BREVE E INTENSA EXISTÊNCIA**

A abertura da Avenida Central no Rio de Janeiro, empreendida pelo prefeito Pereira Passos no começo do século XX, foi um marco da arquitetura e do urbanismo brasileiros e uma demonstração espacial idealizada sob a lógica da modernidade e da representação de uma nação recém-criada que almejava ingressar no seletivo grupo dos países ditos civilizados.

Pouco antes do início da construção da Avenida, o governo brasileiro foi convidado pelo presidente americano William MacKinley para fazer parte das comemorações do Centenário da compra da Louisiana, que ocorreriam em 1903, em Saint Louis, Missouri, EUA. Para a efetivação da participação brasileira no evento, com a construção de um pavilhão, foi designado o Coronel Francisco Marcelino de Souza Aguiar, autor de obra similar feita pelo Brasil em 1893 para a Exposição Internacional de Chicago. O parâmetro principal que orientou o projeto de Souza Aguiar era o aproveitamento da estrutura do pavilhão com o objetivo de reconstruí-lo na capital brasileira. O pavilhão montado em Saint Louis ocupou “um terreno de 5.500 metros quadrados, ao lado de outras delegações estrangeiras como Bélgica, Cuba, França, Inglaterra, Itália, Porto Rico e Sião” (AGUIAR, 1976, p. 15).

Na exposição, a edificação de estilo eclético despertou grande interesse e admiração dos frequentadores e da imprensa norte americana e recebeu a mais importante premiação conferida pelo evento no aspecto da arquitetura, sendo agraciada com a medalha de Grande Prêmio, primeira honraria internacional da arquitetura brasileira.

Terminada a Feira, em dezembro de 1904, foi iniciada a desmontagem do pavilhão para sua reconstrução na capital federal e a área da cidade escolhida para recebê-lo foi justamente o final da Avenida Central, compartilhando este nobre espaço com outros prédios públicos como o Teatro Municipal, a Escola de Belas-Artes, a Biblioteca Nacional, a Câmara Municipal e o Supremo Tribunal Federal. Restava evidente, assim, a intenção do governo brasileiro de aproveitar o prestígio alcançado pelo edifício nos Estados Unidos e “consolidar a construção da imagem de uma nação moderna, saneada e pronta para ocupar o seu espaço no cenário internacional” (ATIQUÉ, 2011, p. 5), pois o país almejava entrar no rol das nações civilizadas e progressistas.

Como parte deste projeto, em 23 de julho de 1906, o Brasil sediou a III Conferência Pan-Americana, com a presença de diplomatas e autoridades de diversos países do continente. E edifício que abrigou este importante evento internacional foi o pavilhão desmontado nos Estados Unidos e remontado no Brasil, como planejado por Souza Aguiar. Quando a Conferência se iniciou, a área foi intensamente transformada constituindo-se no principal cartão de visitas do país. No centro das mudanças estava o Pavilhão São Luiz (que recebeu este nome inicial em referência a cidade americana de Saint Louis), um dos primeiros símbolos da renovação político-urbanística do Rio de Janeiro. Durante a Conferência, por proposta do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, atendendo a solicitação de Joaquim Nabuco, embaixador brasileiro em Washington, o Pavilhão foi denominado de Palácio Monroe, homenageando o ex-presidente dos Estados Unidos, James Monroe, autor da chamada Doutrina Monroe, uma política externa contra o colonialismo europeu no continente americano e que tinha como lema "América para os americanos".

De 1907 a 1914, o Palácio serviu como uma espécie de salão de festas oficial da capital, entre congressos, formaturas e bailes. A política entrou em cena em 1914 quando a Câmara dos Deputados, até então instalada no edifício da Cadeia Velha, mudou-se para o prédio e ali ficou até 1922, sendo obrigada a sair para o edifício da Biblioteca Nacional, pois o Palácio Monroe seria ocupado pela Comissão Executiva da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência de 1922.

Em 1923, foram feitas obras que alteraram profundamente o seu interior, para que o edifício abrigasse o Senado da República, o que ocorreu em 3 de maio de 1925. Em 1937, quando Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, fechando o Legislativo, o Monroe recebeu o Ministério da Justiça e o Departamento de Imprensa e Propaganda. Posteriormente, em 1945,

foi sede do Tribunal Superior Eleitoral. Voltou a acolher o Senado em 1946, com o fim do Estado Novo e o restabelecimento do regime democrático. Com a mudança da capital para Brasília, em 1960, o edifício perdeu muito de sua importância e funcionalidade, sendo utilizado, em algumas de suas dependências, pelo Estado Maior das Forças Armadas e por uma residual representação do Senado, também chamada de “Senadinho”.

O prédio foi demolido em 1976, após intensos debates acerca da preservação do conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central ocorrido no âmbito do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Processo de tombamento nº. 860-T-72) e que envolveu, além de integrantes do seu corpo técnico como Paulo Santos, Lúcio Costa e Lygia Martins Costa, diversas entidades da sociedade civil como o Clube de Engenharia, o Instituto de Arquitetos do Brasil e o Jôquei Clube Brasileiro.

A historiografia a respeito da demolição do Monroe não é uníssona. Existem diversas hipóteses e versões a respeito dos motivos que levaram ao seu apagamento. No âmbito das versões e das especulações, a derrubada do prédio teria sido uma vingança pessoal do Presidente Geisel, que foi preterido na sua promoção ao generalato pelo filho do projetista do imóvel, Rafael de Souza Aguiar. Contudo, segundo Regina da Luz Moreira (2001), não há na biografia destes dois militares indícios consistentes que reforcem esta versão de que se tratava de uma rivalidade na carreira militar.

Sob o aspecto urbanístico, a demolição do Monroe teria sido uma consequência necessária da obra do metrô (estação Cinelândia), pois o traçado da linha 1 previa uma curva que passava exatamente abaixo do prédio histórico. Porém, esta hipótese, por si só, não se sustenta diante do grande esforço que foi realizado pela Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro para preservar o edifício. O traçado foi ligeiramente modificado passando por fora do Palácio. Foram construídas duas paredes de concreto, tangenciando a fundação do prédio, sem que fosse registrado qualquer dano ao mesmo. O alto custo do projeto – que ficou conhecido como “a curva mais cara” – foi recompensado pelo sucesso no objetivo de não infligir danos nas estruturas do Monroe. Concluídas as obras da curva, a escadaria do Palácio foi remontada e os engenheiros, arquitetos e técnicos envolvidos no empreendimento ficaram orgulhosos de seu feito. A empresa responsável pelas fundações chegou a publicar, em diversos meios de comunicação, a sua vitória perante este importante desafio.

Uma hipótese com um viés eminentemente político, que será analisada de forma mais detida no próximo tópico deste artigo, é aquela que considera a demolição do Palácio



Monroe como resultado de um processo de esvaziamento da capitalidade do Rio de Janeiro no cenário político nacional, conduzido pelo governo militar e iniciado com a fusão do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara. Nesta linha de raciocínio, seria possível considerar que a destruição do prédio fez parte de uma política deliberada de esquecimento simbólico promovida pelo estado autoritário brasileiro com o objetivo não só de construir uma nova identidade para a antiga capital, como também de esvaziar a importância do Poder Legislativo numa época de arbítrio do Poder Executivo.

Contudo, a hipótese mais aceita e estudada pela historiografia é aquela que atribui a demolição do Monroe à ausência de valor estético e arquitetônico que justificassem a sua preservação. Através da querela entre Paulo Santos e Lúcio Costa, ocorrida no âmbito do IPHAN e amplificada pela imprensa carioca, o ecletismo do Palácio e a sua desconfiguração com relação ao projeto original ao longo dos anos teriam sido os motivos determinantes para sua destruição.

Em síntese, o impasse estabelecido entre estes dois grandes arquitetos brasileiros girou em torno dos conceitos de ecletismo e de historicismo, que podemos considerar como sendo “a afirmação do valor específico de cada período, em função do ponto de vista contemporâneo a cada momento histórico” (FONSECA, 2005, p. 66). A respeito do estilo eclético de determinados prédios que compunham o pedido de tombamento do conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central, incluindo aí o Palácio Monroe, o arquiteto e relator do já mencionado processo nº 860-T-72 no Conselho Consultivo do IPHAN, Paulo Santos, ressaltava o seu valor artístico, pois representava um período da arquitetura brasileira. Definia o ecletismo como sendo resultado da troca de experiência entre os povos decorrente da Revolução Industrial cujo intercâmbio gerou formas “arquitetônicas decalcadas de épocas pretéritas e inspiradas de cada país para os demais, a que se dava a designação de estilo, quando de fato não passavam de estilizações” (SANTOS, 1972, p. 38). Além disso, com sua visão historicista, Paulo Santos reconhecia a relatividade dos juízos de valor em contraposição aos princípios rígidos de valoração arquitetônica, partindo do pressuposto de que “cada período da História de Arte tem direito de ter seu próprio estilo e deva ser apreciado, em todos os seus aspectos, em função da carga de cultura de que se nutre e das ideias estéticas por que se expressa” (SANTOS, 1972, p. 35).

Para Paulo Santos, a manifestação do historicismo na arquitetura estava vinculada a um certo momento histórico e ao projeto ideológico de nação, razão pela qual, embora

determinados edifícios revelassem matriz estrangeira, eles visavam expressar valores do nacionalismo emergente uma vez que a arquitetura é sempre um produto da cultura, sendo, portanto, necessário estabelecer a distinção entre historicismo e ecletismo.

Em lado oposto, Lucio Costa (1972) considerava o ecletismo na arquitetura como produto do retorno das formas do passado sem significação cultural, defendendo que não se tratava de um período da História da Arte, mas de um hiato, que interrompia a continuidade do processo histórico da arquitetura. Paulo Santos discordava veementemente desta posição, pois não considerava que a história se construísse por saltos, mesmo num caso aparentemente abrupto como esse, da passagem da arquitetura tradicional para a moderna.

As questões sobre historicismo e ecletismo foram amplamente debatidas pelo Conselho Consultivo do IPHAN por ocasião do pedido de tombamento do conjunto arquitetônico remanescente da Avenida Central realizado em julho de 1972, pelo Clube de Engenharia e pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), e tiveram grande importância para a reavaliação dos critérios de valoração dos bens culturais. A disputa conceitual sobre o ecletismo ocorrida entre Paulo Santos e Lucio Costa revela, ao mesmo tempo, suas divergências quanto à política de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 190), no curso da discussão do tombamento do conjunto da Avenida Rio Branco “ficou evidente o confronto entre os critérios distintos de valoração dentro dos quadros técnicos do SPHAN”. O saldo negativo deste embate foi a demolição dos edifícios do Jockey Club, do Derby Club e do Palácio Monroe e como saldo positivo, numa abordagem otimista, restou o aprendizado e a revisão dos critérios de valoração dos bens culturais brasileiros por parte do IPHAN, na “expectativa de que o episódio da perda destes edifícios para a cidade ofereça lições e evitem que espectros de obras irremediavelmente perdidos possam suscitar manifestações tardias de arrependimento” (SANCHES, 2010, p. 20), como ocorreu no caso do conjunto remanescente da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.

É oportuno ressaltar, contudo, que o Palácio Monroe não foi abaixo sem a resistência de parte da sociedade civil. O Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, autor do pedido inicial de tombamento junto ao IPHAN, foi um dos mais ferrenhos defensores públicos do prédio e responsável pela realização de diversos estudos e pareceres a seu respeito e pelo envio de vários ofícios aos órgãos do governo do então Presidente Geisel, com a finalidade de evitar o seu desaparecimento.

Como uma última tentativa de salvar o prédio, em dezembro de 1975, 162 arquitetos e engenheiros expuseram seu inconformismo com relação à demolição do Palácio Monroe através de um Manifesto pela sua preservação. Além disso, diversas entidades públicas e privadas expuseram o interesse em ocupar o prédio, considerando a falta de espaços para acomodar os órgãos federais presentes na antiga capital. Tudo isso de nada adiantou. Em resposta a um desses pedidos de ocupação, o então ministro chefe do gabinete presidencial, Golbery do Couto e Silva, esclareceu que cumpria-lhe obedecer “recomendações do Senhor Presidente da República no sentido da demolição do prédio e consequente transformação da área em logradouro público” (AGUIAR, 1976, p. 212).

O Palácio foi demolido entre janeiro e agosto de 1976 por uma firma demolidora especializada contratada pelo governo federal. O material da demolição foi vendido a particulares. Sabe-se que pelo menos um dos vitrais alusivos à implantação da República foi fazer parte de um restaurante na Barra da Tijuca; algumas esculturas dos leões que guarneciam o Palácio foram vendidas a um fazendeiro de Uberaba, em Minas Gerais, e outras estão atualmente no Instituto Ricardo Brennand, em Recife; a cúpula de cobre foi vendida a um ferro-velho; os anjos de cobre foram vendidos a um grupo de arquitetos paulistas para serem aproveitados em outras construções; as mesas e cadeiras do antigo Senado foram para Brasília, para comporem o Museu da instituição.

O jornal O Globo, na edição de 11 de outubro de 1975, comemorou a decisão de demolir o prédio:

[...] foi, portanto, vitoriosa, uma campanha deste jornal, que há muito se empenhava pelo desaparecimento do monstrego arquitetônico [sic] da Cinelândia (...) Em seu lugar o Rio ganhará mais uma praça. Que essa boa notícia, que coincide como fim das obras de superfície do metrô na Cinelândia, seja mais um estímulo à remodelação de toda essa área, de presença tão marcante na história do Rio de Janeiro.

Chega a ser impressionante esta trajetória do Palácio Monroe, em apenas 70 anos passou de modelo e símbolo de civilização para um “monstrego” que atrapalhava a cidade. Proféticas as palavras de Lima Barreto, quando criticou a demolição do Convento da Ajuda, diante da efemeridade dos padrões estéticos: “O Bonito envelhece, e bem depressa; e eu creio que, daqui a cem anos, os estetas urbanos reclamarão a demolição do Teatro Municipal com o mesmo afã com que os meus contemporâneos reclamaram a do convento” (BARRETO, 2017, p. 28).

Porém, as armas da demolição não foram apontadas para o Teatro Municipal, e sim, para o Palácio Monroe. Concluído o desmonte, o local foi ajardinado e recebeu, em 1979, um chafariz que se encontrava na Praça da Bandeira. O chafariz foi adquirido por D. Pedro II, em 1878, em Viena, e fixado inicialmente na Praça XV de Novembro. Em 1962, foi transferido para a Praça da Bandeira até ser removido ao local onde estava o Palácio Monroe. A obra é tombada tanto pelo IPHAN quanto pelo Município.

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias que foram relegadas ao esquecimento, segundo Michel Pollak (1989, p. 9), é o de sua transmissão intacta e despercebida pelo aparelho enquadrador até o dia em que elas se aproveitam de uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação. Foi o que aconteceu no caso do Palácio Monroe. Apagado do mapa durante o regime autoritário, sua memória hibernou por 26 anos aguardando a notícia do descobrimento de uma caixa metálica representativa da pedra fundamental do lançamento do Pavilhão São Luiz, retirada dos entulhos da obra de um estacionamento subterrâneo no mesmo local onde imperou imponente durante 70 anos. A partir deste fato, conjugado com a "ideia desmiolada" (CASCO, 2002) do então prefeito da cidade de reconstruí-lo, o Monroe ressurgiu para reivindicar o seu lugar de memória.

## **RIO DE JANEIRO: UMA CENTRALIDADE INCÔMODA**

A história da cidade do Rio de Janeiro está marcada por diversas transformações que coincidem com os caminhos sociais, políticos, econômicos e culturais seguidos pelo Brasil desde o período colonial.

Com a exploração aurífera no século XVIII, o Rio de Janeiro foi o principal porto de escoamento do metal o que fez a população carioca ter a experiência de conviver com diversas pessoas, produtos e culturas, dando à cidade um caráter cada vez mais cosmopolita. O reconhecimento desta transformação veio em 1763, quando houve a transferência da capital e o Rio de Janeiro se tornou sede do vice-reino do Brasil e capital da Colônia. Desde o início do século XIX, durante o processo emancipacionista que culminou na Independência (1822), o Rio de Janeiro foi o palco de grandes agitações políticas. Em suas ruas ocorreram episódios decisivos, como o Dia do Fico, a coroação de dois imperadores, a abolição da escravidão e, por fim, a proclamação da república.

Já consolidada como capital do país, a cidade adentrou no século XX como um símbolo do projeto civilizador republicano. Nos anos 20, 30 e 40, o Rio de Janeiro seria palco de importantes agitações políticas, considerando os novos grupos que alcançaram o poder. Com a queda de Vargas, em 1945, seguiu-se um breve período democrático. Pelas ruas da capital federal, os cariocas assistiram, em 1951, o retorno de Vargas à presidência pelo voto popular e a crise política que o levou ao suicídio, em 1954, seguida de diversas manifestações populares. Esta crise política ameaçou as eleições presidenciais e a posse do novo presidente Juscelino Kubitschek foi garantida somente pelo “contragolpe preventivo” do Exército, então comandado pelo ministro da Guerra, general Henrique Lott, em novembro de 1955. Como resultado do processo de implantação da política desenvolvimentista de Juscelino, foi construída a cidade planejada de Brasília e o Rio de Janeiro deixou de ser a capital federal em 1960.

Em 14 de março de 1960 foi criado o estado da Guanabara, sendo que sua composição geográfica englobou o território da antiga capital. A lei que criou a nova cidade-estado previa eleições para o mês de outubro daquele ano e o primeiro governador eleito foi Carlos Lacerda, que procurou manter a capitalidade de fato do Rio de Janeiro, pois era um fator favorável aos seus interesses futuros de campanha para a presidência da República.

Mesmo com a transferência da capital para o planalto central, o Rio de Janeiro não perdeu a sua centralidade no cenário político nacional. Como já foi exposto, continuou funcionando na cidade uma representação do Senado, chamada de “Senadinho” e que ficava no primeiro andar do Palácio Monroe. Por seus corredores passavam diariamente jornalistas e senadores de vários os estados da federação em trânsito pela cidade, tratando dos mais diversos temas. Assim, o Monroe manteve-se como um espaço político. Quando o Jornal do Brasil, em 29 de abril de 1975, publicou uma matéria a respeito da possível extinção do “Senadinho”, aproveitou para abordar um pouco da sua história, sob este ponto de vista da política:

Após o 31 de março de 1964, o Senado voltara a ser o centro político de importância nacional, pois algumas de suas figuras mais brilhantes eram cercadas de atenção pelo presidente Castelo Branco (...) Com a extinção dos antigos partidos, o Monroe passou a ser o centro político de preferência, para os contatos entre os políticos e jornalistas (...) O Monroe foi um verdadeiro termômetro durante cerca de cinco anos – ou quase isto. Por seus corredores desfilaram os últimos mastodontes da política brasileira. (...) A crise decorrente das passeatas estudantis abalou o velho Palácio; a morte do estudante no Calabouço e o discurso de Marcio Moreira Alves na Câmara fizeram tremer os seus alicerces com maior intensidade do que as britadeiras de ar comprimido utilizadas para abrir, à sua frente, os fundos túneis subterrâneos do

metrô, que lhe desfiguraram a fachada imponente. (...) no seu frontispício está a data de sua inauguração, ou seja, 1904. Sugeriu-se que se acrescentasse a data de falecimento, 13 de dezembro de 1968. Depois do AI-5 e durante todo o governo Médici, quando os políticos ficaram na geladeira, o Monroe emudeceu. O Velho Palácio já perdera sua magia.

No começo da década de 1970, apesar de esvaziado de importância, em decorrência do sufocamento do Poder Legislativo em tempos de ditadura, o Monroe continuava, mesmo que de forma tímida, a fazer parte da política nacional, constituindo-se um local de articulação. Em 20/06/1970, o Senador José Candido Ferraz (ARENA-PI) conversou, no Palácio, com jornalistas a respeito da importância da construção da rodovia Transamazônica para o país; em 30/05/70, o Senador Dinarte Mariz (ARENA-RN) em visita ao Monroe, “ponto de encontro dos políticos na Guanabara”, afirmou que entregaria uma lista de nomes ao presidente Médici, para a escolha do vice-governador do Rio Grande do Norte; em 29/08/70, senadores da ARENA e do MDB fizeram tratativas para a indicação de representantes do Brasil na Conferência Interparlamentar de Haia, na Holanda. Em 20/01/72 o Senador João Cleofas (ARENA-PE) fez uma declaração a respeito da política econômica e financeira do governo; em 3/05/72, o Senador Danton Jobim (MDB-GB) desabafou com jornalistas a respeito da desunião de seu partido. Em 14/06/72, o Senador Eurico Resende (ES), vice-líder da ARENA, declarou que o estudo sobre o modelo político brasileiro seria elaborado pela Escola Superior de Guerra, e que não haveria prazo para o seu término. Em 16/02/73, o Senador Benjamin Farah (MDB-GB) concedeu, no Monroe, entrevistas a jornalistas afirmando que aquele ano seria decisivo para a política nacional, pois seriam debatidas no Congresso diversas leis relativas ao processo eleitoral; em 27/07/73, o Senador Arnon de Melo (ARENA-AL) declara, nos gabinetes da representação do Senado no Palácio, a necessidade do Brasil ter um programa de energia nuclear; em 18/08/73, o então presidente do Senado, Paulo Torres (MDB-RJ), fez a sua primeira visita ao Palácio Monroe.

Todos os exemplos expostos acima reforçam o aspecto do Palácio Monroe como um local de articulação política no início dos anos 70 e indicam uma possível interpretação a respeito de sua demolição, que também merece a nossa atenção.

No regime autoritário brasileiro inaugurado em 1964, o Parlamento e as eleições populares foram meramente figurativos, predominando a ação do Poder Executivo. Não houve plena liberdade dos subsistemas políticos (partidos, sindicatos e grupos de pressão), que tiveram as suas autonomias destruídas ou toleradas enquanto não incomodassem o poder

da elite governante. O pluralismo político e a oposição foram compulsoriamente reduzidos e a mobilização da sociedade foi sufocada. Em decorrência destas características, o Poder Legislativo foi relegado a uma posição secundária, ou até mesmo, em alguns momentos, eliminado.

Todavia, o que chama a atenção e o que é peculiar no regime militar brasileiro, distinguindo-o dos demais países latino-americanos, foi a necessidade de se legitimar perante as instituições existentes. Para Thomas Skidmore (2004, p. 170), havia uma “propensão dos militares brasileiros para uma legitimidade formal” e um desejo “de estarem munidos de uma justificativa legal para a afirmação de sua autoridade arbitrária”. Para o governo militar, o regime brasileiro não poderia se tornar uma ditadura pessoal, deveria ser institucional e “aceito” como uma solução viável e legítima para problemas nacionais. Já Antony Pereira (2010) entende que o regime autoritário brasileiro inaugurado em 1964 era uma curiosa e híbrida mistura entre a “ditadura conservadora”, que procurava manter as instituições legais existentes, usando-as para se legitimar, e a “ditadura revolucionária”, que rejeitava a necessidade de continuidade legal e tentava adquirir a legitimidade invocando uma suposta vontade popular revolucionária.

Desta forma, enquanto foi importante para a legitimidade do governo autoritário, o Legislativo se manteve presente no cenário político, mas sempre de forma inferiorizada e tendo a função de legitimar as iniciativas do Executivo. O próprio Roberto Campos (1975), ministro do planejamento do governo do general Humberto Castelo Branco (1964-1967), afirmava que a manutenção do Parlamento, embora pudesse acarretar resistências às mudanças sociais, tendências inflacionistas e impulsos distributivistas, teria, entre outras, a função de “legitimar” o sistema político, através da intermediação na relação entre a clientela e a burocracia ou tecnocracia, canalizando para o governo as demandas advindas da sociedade.

Com o governo do general Artur da Costa e Silva (1967-1969), membros do Congresso Nacional, inclusive parlamentares governistas da ARENA, passaram a pressionar pela recuperação de seus poderes e de sua autonomia. O governo acabou sofrendo derrotas no Legislativo, ao mesmo tempo em que ocorria um aumento da atividade fiscalizadora do Congresso. Apesar da maioria das propostas de leis aprovadas serem de origem executiva, o Legislativo havia se tornado o único fórum onde poderia surgir alguma crítica ao governo. Porém, a partir do AI-5 de 1968, o Legislativo ficou impedido de legislar, sendo forçado a

rejeitar suas próprias iniciativas. Os projetos aprovados eram aqueles que o Executivo apresentava. Apesar desta situação limitadora, o Poder Legislativo brasileiro foi formalmente mantido, havendo uma certa “liberdade” de escolha dos parlamentares, ainda que dentro de um quadro limitado de candidatos que participavam de um processo eleitoral bipartidário.

Diante deste panorama político no início dos anos 1970, a existência de uma representação do Senado na antiga capital federal era de uma absoluta redundância para o governo militar. Não havia sentido manter um “Senadinho” longe dos olhos atentos do poder autoritário de Brasília. Por isso, não houve qualquer remorso ou dúvida quando Golbery do Couto e Silva, através do Aviso ministerial nº 964, de 09/10/1975, comunicou laconicamente que cumpriam-lhe “recomendações do Senhor Presidente da República no sentido da demolição do prédio e conseqüente transformação da área em logradouro público” (AGUIAR, 1976, p. 212).

Percebe-se, portanto, que apesar da capital federal ter sido transferida para Brasília, o Rio de Janeiro continuava sendo um importante palco político do país, além de um potencial foco de oposição ao regime autoritário. Assim, do ponto de vista do governo militar, era necessário esvaziar a centralidade do Rio de Janeiro em prol de Brasília. Não foi por acaso que no período correspondente ao governo do general Médici (1969-1974) ocorreu a transferência dos principais órgãos decisórios da União para o novo Distrito Federal. Foi também a partir desse momento que Brasília passou a exibir alguns marcos simbólicos representativos do poder central, como o Quartel-General do Exército, chamado “Forte Apache”, e onde se costumava reunir o alto comando dessa força para decidir os rumos do país. Durante a presidência do general Geisel (1974-1979) este processo de esvaziamento continuou, culminando na fusão da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro.

Marieta de Moraes Ferreira (2006), analisando a historiografia a respeito do tema, destaca que pela versão oficial do governo a fusão era justificada por questões geoeconômicas, como uma forma de criar um estado forte, tanto do ponto de vista político quanto econômico, dando mais equilíbrio a federação. Segundo a exposição de motivos da lei complementar nº 20, de 1/07/1974 a "fusão traria progresso e bem-estar não apenas para as populações dos dois estados, mas também em nível nacional, através da criação de um novo polo dinâmico de desenvolvimento".

Porém, não se pode negar a dimensão política do projeto de fusão do Rio de Janeiro, representada exatamente na preocupação do regime militar em reduzir a influência e



importância da antiga capital no cenário nacional, bem como criar uma nova identidade política para o novo estado do Rio de Janeiro.

Em documento não assinado e datado de 9/05/1974, encontrado no Arquivo Geisel, foi traçada a base pela qual deveria ser construída esta nova identidade:

Em uma época conturbada, em que antagonismos internos e externos devem ser superados, no caminho da afirmação brasileira como nação significativa na ordem mundial, não será demais procurar uma situação de equilíbrio federativo e de melhor estruturação territorial. (...) Deve reconhecer-se, entretanto, que uma coletividade - nacional ou regional, estadual ou simplesmente local - é dotada de memória e de valores históricos, que precisam ser cultivados, numa fase de transição de civilização, ativamente preservados com carinho. As tradições fluminenses, de que a cidade do Rio de Janeiro sempre foi parte e parcela, são componentes necessárias dessa personalidade. Preservá-las é, para as atuais gerações, dever tão grande quanto o de manter a integridade territorial da nação. A reunião dos dois estados - o que não passa de uma recomposição longamente devida - será, até e sobretudo, pelo potencial de transformação e de progresso que gera, mais um fator para que o intenso processo de mudança e modernização de nosso país se faça sem atingir as suas características básicas e a sua inconfundível fisionomia nacional (FERREIRA, 2006, p. 177).

Ainda segundo Marieta de Moraes Ferreira (2006, p.178), da leitura deste documento é nítido perceber

[...] a intenção de diluir a identidade carioca em favor da recuperação de uma outra memória, a das tradições fluminenses, de que a cidade do Rio sempre fora "parte e parcela". A história colonial da capitania do Rio de Janeiro e, em seguida, a história da velha província fluminense deveriam ser os elementos históricos legitimadores do ato da fusão. A cidade do Rio de Janeiro deveria esquecer seu passado de capital do país para retomar uma identidade, relacionada a uma herança colonial, de motor de ocupação e desenvolvimento de toda a área adjacente.

Contudo, para alcançar o objetivo de criar uma nova identidade para o Rio de Janeiro eram necessárias outras medidas além da simples fusão, pois a imagem da cidade tinha sido construída como espaço-síntese da nação e da nacionalidade. Era fundamental para o poder militar desconstruir esta imagem de "vitrine do Brasil", esvaziando a força política da cidade e transformando efetivamente Brasília como capital de direito do país.

Em consulta feita no Arquivo Geisel do CPDOC/FGV<sup>2</sup>, encontramos importante documento relacionado com os despachos do Ministro da Justiça Armando Falcão com o Presidente Ernesto Geisel. Um destes despachos, teve o Palácio Monroe como objeto:

Dentro do pensamento do Sr. Presidente, com referencia ao destino do 'Palácio Monroe', no Rio, diligenciei junto à Direção de 'O Globo', 'Jornal do Brasil', 'Manchete' e outros órgãos de divulgação, a fim de criar, no espírito da opinião

<sup>2</sup> Arquivo Geisel, Classificação EG pr 1974.04.24/1, data: 24.04.1974 a 19.07.1978.

pública, clima favorável à demolição do velho imóvel. Várias notas já foram publicadas, no rumo do pensamento governamental.

A partir deste momento, no ano de 1974, a imprensa passou a executar o plano governamental relacionado ao Palácio. Recorrer à imprensa como uma fonte para o resgate de um dado momento histórico é reconhecer a importância dos testemunhos nela contidos, embora ela própria seja um agente político decisivo, formador de opinião e de ideias, portadora de uma visão de mundo e também inserida no contexto histórico. Segundo Sandra Pesavento (2003, p. 42), os jornais são importantes fontes para o historiador recuperar o que está além do discurso, “tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e ao mundo”.

O jornal O Globo foi o grande defensor da demolição do Monroe. A campanha começou em 4/07/1974, com uma matéria que apresentava a opinião do arquiteto Wladimir Alves de Souza, professor da Faculdade de Arquitetura da UFRJ:

[...] a construção não tem o menor valor arquitetônico – é a copia do pavilhão brasileiro construído em 1904 para a Exposição de Saint Louis – nem representa um marco histórico. Sua arquitetura é eclética, resultado da mistura de diversas tendências, e apresenta estilo grego, renascentista e mesmo de arte moderna. É apenas uma copia.

No dia 5/07/1974, foi a vez de destacar a opinião do arquiteto e urbanista Mauricio Roberto, afirmando: “... que é favorável à ideia da demolição do Palácio Monroe porque permitiria abrir mais espaço na área da Cinelândia e mais um local ajardinado na cidade ao lado do Passeio Público”. Em 9/07/1974, foi publicada mais uma matéria, desta vez destacando o apoio do Secretário do Conselho de Planejamento Urbano, Pedro Teixeira Soares: “não existe razão alguma para manter de pé um monstrengo daquele, reminiscência e sobra de uma exposição do início do século. Mas em termos de Cinelândia ele é apenas um detalhe, talvez o mais insignificante”. No dia 10/07/1974 foi o diretor do IPHAN, Renato Soeiro, que se pronunciou favoravelmente à demolição afirmando, segundo a reportagem

[...] que o prédio representa um período e reflete um projeto arquitetônico de época, mas não mereceu ser tombado por estar completamente descaracterizado. Para a cidade (...), o prédio foi perdendo o interesse e a importância histórica na medida em que sua arquitetura foi sendo alterada por obras contínuas.

Percebe-se uma estratégia deliberada do jornal O Globo em estabelecer uma autoridade no seu discurso pela destruição do edifício trazendo em suas matérias arquitetos, urbanistas, servidores públicos e professores universitários com o claro objetivo de conferir legitimação e aceitação à proposta demolidora. São mediadores culturais utilizados pela mídia

impressa no sentido de divulgar a um público maior e leigo uma ideia de que o Palácio era um prédio sem importância histórica e arquitetônica, além de ser incompatível com os projetos urbanísticos da cidade.

O próprio O Globo apresentou abertamente a sua opinião na edição de 6/07/1974, sob o título PALÁCIO DE EQUÍVOCOS:

O Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, não passa de um monumento ao equívoco. Chamar de Palácio esse amontoado de copias arquitetônicas em dobro não chega a ser um exagero, porque há no caso um compromisso anterior com a pilhéria. O fato de se terem desenvolvido ali acontecimentos e atividades de relevo na vida do País de modo algum redime o Monroe de sua qualificação de ‘monstrengo’.

Vazio de importância artística e modesto de importância histórica, o melhor destino que se pode dar hoje ao falso Palácio é demoli-lo, em nome dos interesses da Cidade. Felizmente, o diretor do Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara já nos garante contra a hipótese de vir a área ser utilizada para construção de megatérios de concreto, lembrando que a Cinelândia está quase totalmente tombada. O arquiteto Wladimir Alves de Souza, professor da Faculdade de Arquitetura da UFRJ, apontou o caminho que nos parece mais acertado: transformar a área em complemento do Passeio Público, com jardins e árvores de porte, o que proporcionaria magnífica perspectiva desde as escadarias do Teatro Municipal. Não pode haver melhor solução do que trocar um equívoco arquitetônico por um autêntico jardim público.

A noção de memória remete tanto aos mecanismos de acumulação individual de informações quanto aos processos coletivos de compartilhamento de representações sociais. Assim, o uso da memória pode servir como instrumento de afirmação identitária, como um patrimônio formador de uma identidade coletiva (HALBWACHS, 2006). E, neste processo formação, vários atores se apresentam como agentes articuladores da memória coletiva se utilizando de diversos instrumentos, tais como comemorações, datas festivas, currículos escolares, monumentos, prédios públicos e a retomada de certas tradições (HOBSBAWN, 1997), com o objetivo de atuar no tempo presente de acordo com uma estratégia política estabelecida. Este trabalho de “enquadramento da memória”, expressão utilizada por Michel Pollak (1989), é realizado por profissionais e intelectuais de diferentes áreas do conhecimento, organizações públicas ou privadas, clubes, órgãos de imprensa e qualquer outra célula de reflexão.

Trata-se de um conjunto de intervenções de atores públicos que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma dada sociedade, envolvendo não só aquilo que deve ser lembrado e valorizado, como também aquilo que deve ser esquecido. Como ensina Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (2001, p. 110), “memória e esquecimento, longe de serem pares opostos, são na verdade complementares, pois é no processo de formulação de novas

memórias que se observa o constante e necessário esquecimento de outras”. Assim, além dos vazios narrativos nos discursos oficiais, os agentes que executam a política de memória frequentemente se utilizam de alguns instrumentos sem qualquer preocupação de mascarar o esforço de esquecimento. Não é o caso de fazer como se os acontecimentos ou um determinado período não tivessem existido, mas sim usar os instrumentos para “comandar o esquecimento” (MICHEL, 2010, p. 20).

Sob este aspecto, a demolição do Palácio Monroe é emblemática, pois o prédio era um importante símbolo da memória do Rio-capital. É possível considerar que a sua destruição tenha feito parte de uma política deliberada do governo de apagar as marcas do Rio de Janeiro como centro da nacionalidade juntamente com a fusão da Guanabara. Os argumentos estéticos, arquitetônicos e urbanísticos que monopolizaram os debates a respeito da destruição serviram como uma luva para que o regime militar alcançasse este objetivo. Em despacho do ministro Armando Falcão com o presidente Geisel, datado de 12 de junho de 1974, foi colocada em pauta uma solicitação do senador Paulo Torres no sentido da preservação do Palácio Monroe. Para o parlamentar, a representação do Senado do Monroe era um ponto de encontro dos senadores quando se deslocam para a Guanabara e os parlamentares “ficariam tristes se o prédio desaparecesse”. O ponto de vista do governo federal, expresso através dos argumentos de Armando Falcão, era que seria do agrado oficial “a transferência para Brasília do núcleo daquela casa do parlamento que ainda funciona no antigo Palácio Monroe, no Rio, que está mal conservado internamente e dilacerado pelas obras do metrô” (Apud FERREIRA, 2002, p. 168).

Porém, paradoxalmente, a política do esquecimento acaba por reconhecer algo que efetivamente ocorreu ou existiu. O vazio deixado no local antes ocupado pelo Palácio ainda é sentido. Na praça cercada e deserta, o Chafariz quase sempre desligado é incapaz de ocupar a perda do Monroe. Na verdade, este vazio é o grande personagem da praça e que nos faz lembrar o Palácio demolido.

Ainda utilizando os ensinamentos de Pollak (1989, p. 9), embora quase sempre acreditem que “o tempo trabalha a seu favor” e que “o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo”, os dominantes frequentemente são levados a reconhecer que o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, conduz à resistência aos excessos praticados pelos discursos oficiais. E, para aqueles que questionaram a sua demolição, o Palácio Monroe pode ser considerado um exemplo dessa resistência e nos ajuda a refletir a

respeito da política de memória e do esquecimento, e sobre as diferentes formas e estratégias usadas por grupos para neutralizar, encobrir ou mesmo suportar o passado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o local onde estava o Palácio Monroe é uma praça gradeada. Poucas pessoas circulando dentro daquele espaço, quase ninguém sentado nos bancos e o grande e bonito chafariz raramente funciona. As árvores da calçada obstruem a visão da Praça Floriano e do Teatro Municipal. Uma pequena e má conservada placa próxima ao chafariz denomina o local como sendo “Praça do Monroe”, apesar dos guias da cidade e a sinalização urbana indicar o logradouro público como sendo a Praça Mahatma Ghandi. Aliás, existe uma grande estátua desta personalidade indiana na entrada principal. A confusão na nomenclatura da praça fica ainda mais evidente na saída do estacionamento subterrâneo quando nos deparamos com placas indicando os dois nomes. Para quem já teve algum conhecimento a respeito da história do Monroe é quase impossível não sentir o vazio, de que algo está faltando naquele espaço.

Trata-se de uma luta constante contra o esquecimento numa cidade cheia de desmandos e insensível com relação ao seu patrimônio material. No processo desenfreado de urbanização da cidade, casas coloniais, igrejas barrocas e palácios da época do Império foram demolidos para dar lugar a ruas, avenidas, praças e estacionamentos. Os exemplos são múltiplos. O Morro do Castelo, considerado berço do Rio de Janeiro e situado na região que hoje liga a Cinelândia ao Museu Histórico Nacional, foi arrasado no início do século XX e desapareceu completamente da paisagem carioca, sob o pretexto de “arejar” o centro da cidade. Ali estavam o Colégio dos Jesuítas, o Seminário de São José, o Observatório, a antiga Fortaleza, a cadeia, o calabouço. Atualmente resta apenas um pequeno trecho da Ladeira da Misericórdia, a primeira via pública da cidade, que ainda guarda sua calçada original, feita de pé de moleque<sup>3</sup>. Durante a construção da Avenida Presidente Vargas, que liga a zona norte ao centro, foram demolidos diversos prédios tais como o Paço Municipal e a Igreja em estilo

---

<sup>3</sup> Somente em 27.09.2017, o IPHAN reconheceu a Ladeira da Misericórdia como bem cultural brasileiro. Durante a 87ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural foi aprovada por unanimidade a proposta de tombamento do trecho remanescente da Ladeira da Misericórdia, uma das primeiras vias públicas da cidade e que contém uma série de referências históricas e simbólicas.

barroco de São Pedro dos Clérigos, construída em 1733, que havia sido tombada pelo IPHAN e foi simplesmente “destombada” pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas.

Recentemente, em virtude da realização de grandes eventos na cidade, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, a questão da demolição de prédios públicos voltou para o debate. A área no entorno do estádio do Maracanã foi objeto de grande polêmica. Imóveis como o antigo Museu do Índio, construído em 1862, a Escola Municipal Friedenreich, o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Julio Delamare, todos vizinhos ao estádio, foram constantemente ameaçados de irem ao chão. Mais de um século se passou da reforma de Pereira Passos e o poder público continua indiferente em relação ao passado da cidade. Vale transcrever as palavras do historiador Luiz Antônio Simas (2012, p. 15) em recente artigo publicado no jornal O Globo:

A cidade do Rio de Janeiro, encarada pelos homens do poder como um balneário de grandes eventos, Disneylândia tropical do século XXI, está sendo destruída em suas referências mais profundas. A sanha modernizadora, afeita aos grandes negócios, é aquela que esmaga o intangível e o que não é mensurado pelas regras do mercado financeiro: a cultura carioca e os seus lugares de memória; eles poderosos de ligação com o passado, lições vivas da ancestralidade de um povo que, contra o efêmero de escusas transações, sacralizou em rituais de celebração da vida as praias, esquinas, botequins, sobrados e escolas deste nosso terreno.

Porém, mesmo com todo este cenário, o Palácio Monroe resiste nas trincheiras da memória e se recusa a ser esquecido, servindo como um emblemático exemplo dos excessos praticados pelas autoridades em relação ao patrimônio público.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Louis de Souza. **Palácio Monroe: da glória ao opróbrio**. Rio de Janeiro: Arte Moderna, 1976.

ATIQUE, Fernando. O Patrimônio (Oficialmente) Rejeitado: A destruição do Palácio Monroe e suas repercussões no ambiente preservacionista carioca. *In: Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH, 2011.*

CAMPOS, Roberto de Oliveira. O Poder Legislativo e o Desenvolvimento. *In: MENDES, Cândido (org.). O Legislativo e a Tecnocracia*. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p. 31-41.

CASCO, Ana Carmen. Sobre a ideia desmiolada de reconstruir o Palácio Monroe. *Minha Cidade, São Paulo, ano 02, n. 022.01, Vitruvius, maio 2002* <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/02.022/2062>. Acesso em: 3 jul. 2017.

COSTA, Lúcio. Problema Mal Posto. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conselho Consultivo. 18 nov. 1972. **Processo de tombamento** n. 860-T-72, vol.1, 1972, p. 88-92.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora** (PUCSP. Online), v. 10, p. 102-118, 2011. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/download/4500/3477>. Acesso em 16 out. 2017.

FERREIRA, Marieta M. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. *In*: ABREU, Alzira Alves de (org.) **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 163-200.

\_\_\_\_\_. O arquivo Geisel e os bastidores da fusão. *In*: CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 159-167.

\_\_\_\_\_. SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. *In*: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERT, Verena (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002, p. 450-495.

FRIDMAN, Sergio A. **Palácio Monroe: da construção a demolição**. Rio de Janeiro: S.A. Fridman, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1997.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov.2010. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/35>. Acesso em: 16 out. 2017.

MOREIRA, Regina da Luz. O palácio que virou memória: o Monroe e a construção do metrô carioca, polêmica em tempos de ditadura. *In*: GOMES, Angela Maria de Castro (coord.) **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV; Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001. p. 233-268.

MOTTA, Marly Silva da. O Rio de Janeiro continua sendo? *In*: AZEVEDO, André Nunes de. (org.). **Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2002, v. 1, p. 159-170.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, v.10, p.07-28, dez. 1993.

O FIM do Monroe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 out. 1975, p. 2. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e Repressão**. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 09 set. 2017.

SANCHES, Maria Lígia Fortes. Construções de Paulo Santos. **I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Anais... Rio de Janeiro: PROURB, 2010. [online]. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/138/138-792-1-SP.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2016.

SANTOS, Paulo. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conselho Consultivo. 18 out. 1972. **Processo de tombamento** n. 860-T-72, vol.1, p. 21-51, 1972.

SIMAS, Luiz Antônio. Memória demolida. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 15, 3 dez. 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 1964-1985. 8a. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\*\*\*

Artigo recebido em março de 2018. Aprovado em dezembro de 2018.



